

## Resenha de livro

**A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural.** Por Hugo Rogelio Suppo e Mônica Leite Lessa (org.). Rio de Janeiro: Editora contra capa, 2012. ISBN 978-85-7740-127-7.

Resenhista:

Danilo Reis (UEPB)

daniloreisri@gmail.com

A obra coletiva reúne doze artigos que analisam, a partir da perspectiva cultural, os seguintes temas gerais: teoria das relações internacionais, projeção internacional do Brasil, atuação francesa e estadunidense no século XX, a língua portuguesa como forma de influência e o esporte enquanto fenômeno sociocultural. Hugo Rogelio Suppo, no primeiro capítulo, aborda a dimensão cultural nos paradigmas das relações internacionais. Sua análise retoma a proposta do sociólogo francês Marcel Merle, formulada nos anos 1980, de um paradigma centrado no fator cultural.

De acordo com Merle, os paradigmas debatidos até o momento não seriam suficientes para esclarecer as complexidades das relações internacionais, visto que elas não seriam unicamente interestatais ou transnacionais, mas também interculturais. Portanto, haveria a necessidade de se pensar não apenas a política, a economia ou a revolução tecnológica como elementos centrais dos paradigmas em relações internacionais; a cultura também seria merecedora dessa relevância. Suppo advoga que o fator cultural é considerado, em certa medida, por todos os paradigmas analisados no seu texto: realismo, liberalismo, interdependência complexa, escola inglesa, funcionalismo, análises marxistas, teoria crítica e construtivismo.

A projeção internacional do Brasil é estudada por Juliette Dumont-Quessard, a partir da participação do país no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), entre as décadas de 1920 e 1940. Com base no ponto de vista do delegado brasileiro junto à instituição, Elyseu Montarroyos, e do diretor do Serviço de Cooperação Intelectual, Ildefonso Falcão, Dumont-Quessard expõe a construção de uma diplomacia cultural e de uma imagem do Brasil no cenário internacional na primeira metade do século XX. A relevante atuação dos dois diplomatas e a utilização do IICI apresentam maneiras de se analisar a política externa brasileira por meios alternativos ao Itamaraty enquanto instituição.

Roberta Lima Ferreira analisa a difusão cultural do Brasil na América Latina durante o Estado Novo (1937-1945). O desenvolvimento de inúmeras ações de propaganda e de missões culturais compostas por importantes artistas e intelectuais brasileiros, como Heitor Villa-Lobos e Gilberto Freyre, mostram a relevância que a expansão cultural brasileira possuía para os ideólogos do governo durante o período, com destaque para a cooperação acadêmica, a concessão de bolsas para estudantes latino-americanos e o intercâmbio de professores universitários.

A ausência de uma delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e os recursos escassos destinados aos representantes nacionais configuraram um desafio na passagem do país pela Unesco entre 1946 e 1954. Ainda assim, como demonstra Mychelyne Barros Costa Ferreira, o Brasil teve importante atuação, estabelecendo contatos e possibilidades de investimento, sendo, inclusive, o primeiro país a instaurar uma Comissão Nacional da Unesco, iniciativa que seria o ponto inaugural para o assentamento da cultura na política externa brasileira.

Flavia Ribeiro Crespo analisa a relação entre o Itamaraty e a cultura brasileira entre o fim do Estado Novo e o início da Ditadura Militar. A política cultural externa é vinculada à Divisão Cultural e ao Departamento de Cooperação Internacional (DCI) do Ministério das Relações Exteriores. A produção nacional é crescentemente destacada. É um período de reviravoltas na condução dessa política cultural a depender da chefia do DCI, porém, no geral, a música brasileira passa por um período de grande exposição, principalmente entre 1945-1946 e 1961-1964, com a popularização da Bossa Nova. O Cinema Novo também é destaque no período. Com o apoio do Itamaraty, a produção cinematográfica brasileira é levada aos festivais internacionais e conquista doze prêmios entre 1962 e 1963.

Anais Fléchet apresenta a noção de diplomacia musical, ainda pouco estudada pelos especialistas das diferentes áreas das ciências sociais, para analisar a música brasileira como instrumento de diplomacia cultural. De acordo com a autora, até o final dos anos de 1950, o Itamaraty privilegiou a promoção da música erudita, os exemplos principais são a promoção das obras de Heitor Villa-Lobos e de Camargo Guarnieri. Contudo, o concerto de Bossa Nova no Carnegie Hall e o Festival Internacional da Canção Popular foram marcos para o surgimento de uma proposta de promoção da

O estudo de uma política cultural de cunho popular também é a preocupação de Mônica Leite Lessa, já que, ao analisar cultura e política externa entre 2003 e 2010, a professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro apresenta dois impactos sobre o tema durante esse período: a ambição de se ampliar a inserção internacional do país e de se elaborar uma diplomacia cultural popular que promova o desenvolvimento social. Os dados apresentados por Mônica Leite Lessa são preocupantes, já que mostram a pouca presença brasileira no mercado mundial de bens culturais, além do limitado orçamento destinado ao Ministério da Cultura, abaixo do recomendado pela Unesco.

A política cultural da França e dos Estados Unidos no Brasil é o tema de Fernando Santomauro. As missões religiosas, o surgimento das Alianças Francesas e dos liceus, a atuação desse país na criação da Universidade de São Paulo e o consequente intercâmbio acadêmico são abordados por Santomauro. No contexto do pós-guerra, entretanto, a influência cultural francesa é, de certa forma, substituída pela ação estadunidense. Santomauro destaca a atuação de Nelson Rockefeller e do incentivo e do financiamento privado dessa ação, diferentemente da atuação francesa, predominantemente de nível público.

A língua como elemento cultural formador da identidade é investigada por Sandro Martins de Almeida-Santos. O autor desconstrói o senso comum, segundo o qual a hegemonia internacional do idioma inglês é decorrente da facilidade do seu aprendizado. Na verdade, para o estudante da língua, o objetivo do seu aprendizado é mais importante do que sua facilidade, portanto, a economia, a associação com o capitalismo, a influência política, a estrutura educacional e a significativa produção científica dos EUA são fatores mais relevantes para a predominância linguística daquele país globalmente.

Silvana de Queiroz Nery Mesquita explora a influência da promoção cultural estadunidense no Brasil entre 1942-1946. A autora aborda o papel do *Office for the Coordinator of Commercial and Cultural Relations between the American Republics* e das Seleções do *Reader's Digest* na estratégia da política cultural daquele país. Nery Mesquita conclui que a atuação planejada dos EUA foi essencial para que ele pudesse atingir os objetivos condizentes com aquele momento histórico, ou seja, estabelecer uma hegemonia continental. A autora retoma, dessa forma, a ideia de imperialismo cultural de Morgenthau.

materna dos seus países membros. De acordo com a autora, a CPLP impõe o português nesses Estados, conseqüentemente, há uma sobreposição de culturas, quando, na verdade, deveria haver a valorização do português em conjunto com as línguas locais, já que estas são influenciadas por aquela. Ademais, Ciancio critica a total ausência desse debate no Brasil, país com o maior número de falantes de português no mundo e totalmente alheio à discussão.

Na sua análise do esporte em relações internacionais, Flávia Borges Varejão faz um balanço bibliográfico sobre o tema e conclui que, enquanto objeto de estudo das relações internacionais, há escassez de análises sobre o esporte no Brasil e no mundo, além de ser uma temática não totalmente englobada nos paradigmas existentes. Remetendo-se aos trabalhos de Pierre Milza, Varejão levanta a possibilidade do surgimento de um novo paradigma cujo foco seria o esporte. Ademais, as repercussões dos eventos esportivos e suas relações com os governos aventam a possibilidade de um crescimento nessa área de pesquisas.

O volume, organizado pelos professores e pesquisadores da Uerj, traz não apenas uma abordagem histórico e descritiva da cultura nas ciências sociais; trata, com rigor científico, pluralidade de opiniões e com aplicação prática, a dimensão cultural nas relações internacionais, sua relevância e desdobramentos atuais. A obra contribui, por fim, para o desenvolvimento desse campo no Brasil, ainda pouco explorado, como afirma Antônio Carlos Lessa em seu prefácio.